



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, CEP 64049-550
Telefones: (86) 3237-1410 / e-mail:prpg@ufpi.edu.br



RELATÓRIO DE GESTÃO
DA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ANO 2017

Teresina, janeiro de 2018

16



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
1.1 Recursos Humanos.....	3
2. COORDENADORIA DE PROJETOS ESTRUTURANTES E IMPORTAÇÃO - CPEI	5
2.1 Apresentação	5
2.2 Histórico e situação atual	
a) Evolução dos Índices da CPEI:	Erro! Indicador não definido.
b) Situação dos convênios CT-INFRA.....	Erro! Indicador não definido.
c) Outras atividades da CPEI desenvolvidas durante o ano de 2017.....	
2.3 Plano de atividades para 2018	Erro! Indicador não definido.
3. COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – CPG	19
3.1 Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	20
3.2 Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	30
3.3 Plano de ação 2018.....	376
3.4 Capacitação de Servidores.....	37
4. OUTRAS AÇÕES DA PRPG	37
4.1 Criação de Resoluções e Portarias	Erro! Indicador não definido.
4.2 Utilização de Recursos PROAP	Erro! Indicador não definido.
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46



RESUMO - Neste relatório são apresentadas as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Ensino de Pós-graduação (PRPG), em 2017, incluindo as coordenadorias que a compõem. A Coordenadoria de Projetos Estruturantes e Importação abordou a situação da execução dos convênios CT-INFRA UFPI/FINEP/FADEX e CAPES Pró-Equipamentos, os problemas enfrentados na execução dos referidos convênios e as soluções adotadas; a participação da equipe da UFPI para o desenvolvimento de um Parque Tecnológico; as novas resoluções com o intuito de organizar os laboratórios multiusuários na UFPI e atividades administrativas como controle de pregões. A Coordenadoria de Pós-Graduação apresentou os indicadores de taxa de sucesso dos discentes em cada programa de Pós-Graduação, tempo de titulação média e a relação de professores com titulação de doutor. Estes indicadores mostram o crescimento apresentado pela PRPG, tanto em qualidade quanto em quantidade de discentes formados. Como considerações finais, são apresentadas ações a serem desenvolvidas em 2018, que permitirão melhorar ainda mais os indicadores e manter o crescimento observado até o momento.

1. APRESENTAÇÃO

Neste relatório são apresentadas as atividades realizadas pela Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG), em 2017, como unidade gestora encarregada de conduzir a política institucional do Sistema de Pós-Graduação, estabelecendo relações com as agências estaduais e nacionais de fomento, bem como, implementando relações com instituições estrangeiras para promover a internacionalização.

No desenvolvimento das atividades, a PRPG considerou o plano de metas definido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019, contando, em sua estrutura, com a Coordenadoria de Pós-Graduação, que abrange as modalidades *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*.

1.1 Recursos Humanos

- Período de janeiro a junho/2017

1.1.1 Gabinete da Pró-Reitoria

Pró-Reitor: - Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha



Servidores:

- Ana Karolina Saraiva da Silva – Secretária Executiva (Assistente da Pró-Reitoria)
- Leandro José Ribeiro Batista – Administrador (Auxiliar Administrativo)
- Mauricio Lima Xavier – Operador de Micro

1.1.2 Coordenadoria de Projetos Estruturantes e Importação

Coordenador - Prof. Dr. Angel Alberto Hidalgo

Servidor:

- Igor Silva Pinto - Administrador

1.1.3 Coordenadoria de Pós-Graduação

Coordenador - Prof. Dr. Paulo Roberto Ramalho Filho

Servidores:

- Darlene Abreu da Silva - Secretária Executiva
- Francisco Teixeira Castelo Branco - Economista - Chefe do Serviço de Registro e Controle Acadêmico da Pós-Graduação.
- Igor Rafael da Silva Cunha - Operador de Micro
- Margaret Rose Sá de Albuquerque Porto - Técnica em Assuntos Educacionais
- Maria José Pessoa – Economista
- Natasha Rose Sá de Albuquerque Porto – Assistente Administrativa
- Nildes Mary de Sousa Alencar - Operadora de Micro
- Samile Moreira Gomes Nogueira – Administradora

• **Período de julho a dezembro/2017**

1.1.1 Gabinete da Pró-Reitoria

Pró-Reitor: Profª. Dra. Regina Lucia Ferreira Gomes

Servidor:

- Leandro José Ribeiro Batista – Administrador (Assistente da Pró-Reitoria)



1.1.2 Coordenadoria de Pós-Graduação

Modalidade *Stricto Sensu*

Coordenador - Prof. Dr. Welter Cantanhêde da Silva

Modalidade *Lato Sensu*

Coordenadora - Profa. Dra. Livia Fernanda Nery da Silva

Servidores:

- Ana Karolina Saraiva da Silva – Secretária Executiva
- Darlene Abreu da Silva - Secretária Executiva
- Francisco das Chagas Rodrigues da Silva - Técnico em Assuntos Educacionais
- Francisco Teixeira Castelo Branco - Economista - Chefe do Serviço de Registro e Controle Acadêmico da Pós-Graduação
- Igor Rafael da Silva Cunha - Operador de Micro
- Margaret Rose Sá de Albuquerque Porto - Técnica em Assuntos Educacionais
- Maria José Pessoa – Economista
- Natasha Rose Sá de Albuquerque Porto – Assistente Administrativa
- Nildes Mary de Sousa Alencar - Operadora de Micro
- Osíres de Araújo Silva Filho - Secretário Executivo
- Samile Moreira Gomes Nogueira – Administradora

2. COORDENADORIA DE PROJETOS ESTRUTURANTES E IMPORTAÇÃO - CPEI

2.1 Apresentação

Compete à CPEI:

- ✓ Submeter Projetos Institucionais às diversas agências de fomento FINEP e outros envolvendo infraestrutura de pesquisa;
- ✓ Acompanhar convênios feitos com as agências de fomento;
- ✓ Gerenciar a execução dos planos de trabalho dos convênios, tanto no quesito equipamentos quanto obras;



- ✓ Divulgar editais, avisos e resultados finais que estão relacionados aos editais das agências de fomento;
- ✓ Assessorar os subcoordenadores na execução de seus subprojetos;
- ✓ Prestar assessoramento em processos de importação de equipamentos;
- ✓ Controle de pregões com material dos PPG's (gases especiais, vidrarias, reagentes, e bibliografia específica entre outros).

Assim, é dever da CPEI selecionar propostas para apoio financeiro às Pós-Graduações por intermédio de seus pesquisadores ou grupos de pesquisa com o objetivo de ampliar, melhorar ou readequar laboratórios das pós-graduações e outros espaços de pesquisa da UFPI, buscando aumentar o impacto das atividades de pesquisa no cenário nacional e internacional e tendo como objetivo fortalecer e consolidar as atividades de pesquisa. Ao mesmo tempo, deve colaborar com os pesquisadores e coordenadores no sentido de procurar manter as facilidades laboratoriais conquistadas em correto funcionamento (pregões de manutenção e material de consumo entre outros). Para tanto, são disponibilizados Editais Internos com o objetivo de conhecer as demandas internas e subsidiar as propostas institucionais que são submetidas aos Editais FINEP e CAPES. Os recursos assim capturados são destinados principalmente à rubrica CAPITAL para aplicação em obras físicas (construções novas, ampliações, adaptações, reformas, reparos), aquisição de peças, acessórios, complementos, pequenos ou grandes equipamentos e *softwares*, serviços de terceiros pertinentes ao projeto ou quaisquer outras ações que melhorem a infraestrutura dos laboratórios de pesquisa das Pós-Graduações.

Recentemente, no ano de 2016, e com maior ênfase no ano de 2017, iniciou-se uma discussão sobre a criação dos Laboratórios Multiusuários para Pesquisa no âmbito da UFPI. Neste sentido, compete à CPEI a elaboração de resoluções, regras de funcionamento e integrar o Conselho desses laboratórios.

2.2 Histórico e situação atual

a) Evolução dos Índices da CPEI

É importante construir índices que permitam avaliar a evolução da qualidade dos projetos submetidos aos diferentes órgãos de fomento. Neste caso, a taxa de aprovação (razão percentual entre o valor aprovado e o valor submetido) reflete bem essa evolução, pois está



isenta de variações como no limite máximo ao qual a instituição pode concorrer. No caso da FINEP, houve uma redução de 40% no valor que é possível aplicar, entanto que a CAPES o limite aumenta com o número de Programas aprovados (2013 e 2014 esta instituição permaneceu com o mesmo número de programas homologados pela CAPES). Assim, as Figuras 1 e 2 mostram a evolução da Taxa de Aprovação nos editais CT-INFRA e PRÓ-EQUIPAMENTOS. Claramente se observa uma melhora nos índices, o que demonstra a melhora na qualidade dos projetos. Essa qualidade dos projetos é reflexo da evolução da qualificação dos programas avaliados pela CAPES, a qualificação no quadro de pesquisadores e a melhora na infraestrutura de pesquisa nos diferentes laboratórios, formando assim um “Círculo Virtuoso” que se autossustenta na pesquisa.

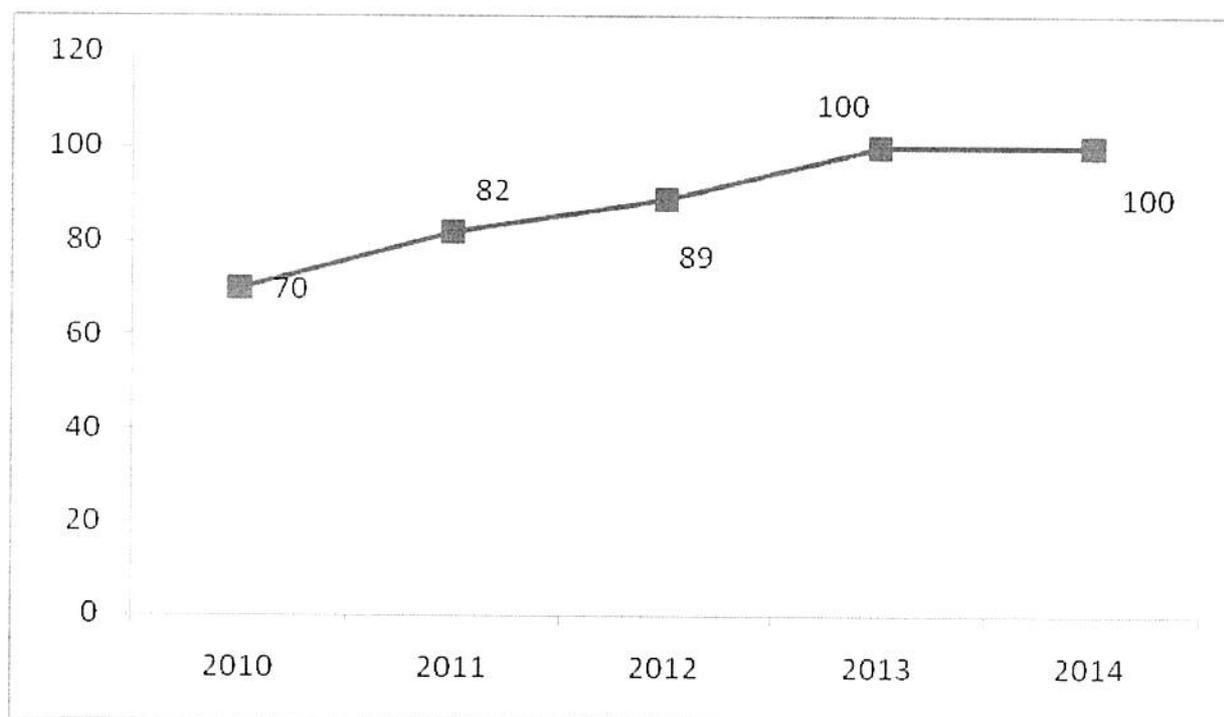


Figura 1 - Evolução da taxa de aprovação PRÓ-EQUIPAMENTOS.

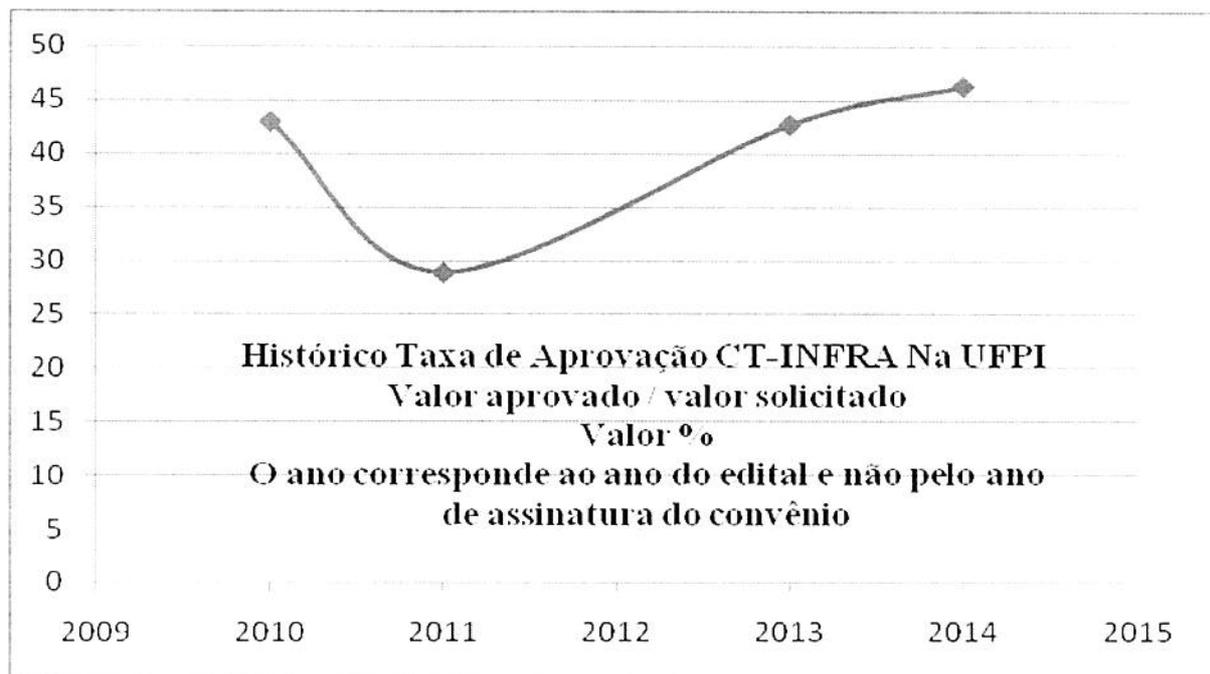


Figura 2 - Evolução da taxa de aprovação CT-INFRA.

Outros índices importantes a construir dizem respeito à execução dos convênios. Neste sentido, destacamos a construção de dois índices: Índice de Metas (IM) e Índice de Execução Financeira (IEF). O IM é destinado para avaliar as metas propostas por ocasião do projeto, enquanto que o IEF avalia a utilização dos recursos liberados. Ambos têm sua importância.

Para o **IM**, como os convênios executados pela FINEP são de caráter estruturante, as metas são de infraestrutura, isto é, no final de cada convênio a UFPI deve contar com a disponibilidade seja do equipamento em particular ou do laboratório no caso de construções. Assim atingir 100% das metas propostas, significa apenas que todos os equipamentos foram adquiridos e, no caso de construções as mesmas foram finalizadas e disponibilizadas para os pesquisadores.

O **IEF** é um índice definido como o valor executado financeiramente (despesas) dividido pelo valor liberado pela FINEP (valor concedido). Este é um índice extremamente delicado e esperamos com a implementação do novo marco legal uma melhora significativa devido a possibilidade de converter despesas de custeio em despesas de capital mediante autorização prévia. No entanto, convênios antigos não apresentam esta flexibilidade e necessitam de um exercício de planejamento bastante criterioso (apenas editais posteriores a 2016 apresentarão a esperada flexibilização entre custeio e capital).



A Tabela I apresenta os índices em questão para os diferentes convênios CT-INFRA. Claramente existe uma diferença entre os convênios mais antigos até o edital Novos Campi 2009, pois o IEF não atinge 100%. Após o referido edital, o índice atinge 100% e ainda chega a superar os 100%, atingindo um máximo de 110% no edital CT-INFRA 2011. Essa variação é possível de explicar com a mudança na sistemática de execução dos convênios, apenas depois de 2009 foi possível executar os convênios com o apoio da FADEX. Esta execução através da Fundação de Apoio foi de extrema importância, pois permite tirar a execução financeira da Conta Única da UFPI que passa a ser realizada através de Conta Específica no Banco do Brasil administrada pela Fundação. Esta sistemática permite aplicações financeiras, cujos rendimentos são utilizados na resolução de problema como defasagem dos valores devido à demora na liberação de recursos, resolução de eventualidades não programadas durante importação de equipamentos e outros assuntos similares. Em particular, os processos de importação eram supervalorizados em projetos antigos, o planejamento racional das importações com apenas 5% do valor dos equipamentos passou a ser decisivo para evitar a devolução de recursos de custeio (lembrar que apenas novos convênios derivados de editais posteriores a 2016 podem transferir mediante autorização recursos de uma rubrica para outra).

Com relação aos Convênios 01.12.0143.00 e 01.13.0075.00 destacamos que a FINEP liberou as últimas parcelas com apenas cinco ou seis meses de vigência dos convênios. Além disso, os convênios previstos para serem executados em até três parcelas sofreram ajustes com liberações parcelados em até cinco ou seis vezes, dificultando a execução dos mesmos. Por exemplo, a liberação de recursos apenas de capital sem o devido custeio para importação tem sido um problema recorrente resolvido através dos recursos de rendimentos. Assim conseguir a execução, mesmo nestas condições adversas, tem sido um desafio constante.



Tabela 1 - Índices de metas (IM) e de execução financeira (IEF) dos diferentes convênios CT-INFRA encerrados.

Edital/Convênio	IM %	IEF %
CT-INFRA 2008 - Convênio Nº 01.09.0388.00	99,00	91,45
Novos Campi 2009 - Convênio Nº 01.09.0560.00	100,00	79,00
CT-INFRA 2009 - Convênio Nº 01.10.0739.00	100,00	100,00
Campi Regionais 2010 - Convênio Nº 01.10.0762.00	100,00	100,00
CT-INFRA 2010 - Convênio Nº 01.12.0143.00	100,00	105,00
CT-INFRA 2011 - Convênio Nº 01.13.0075.00	100,00	110,00

b) Situação dos convênios CT-INFRA

Cabe destacar novamente que, como consequência da crise financeira, não foi lançado edital Pró-Equipamentos da CAPES em 2017 e, embora a FINEP tenha publicado o edital 02/2014 CT-INFRA, a análise e julgamento, prevista para setembro de 2015, foi prorrogada para setembro de 2016 com o resultado descrito em relatórios anteriores. Esta crise não é recente, destacamos que também no ano de 2012 não houve edital CT-INFRA. Ainda no ano de 2017, a FINEP enviou comunicado alertando que o valor inicialmente aprovado no referido edital deveria ser readequado, indicando as prioridades, com corte de 50%. Assim, o valor inicialmente aprovado de R\$ 4.764.640,66 foi reduzido para R\$ 2.382.320,33. Esta Coordenação realizou reuniões com os Coordenadores de Subprojeto contemplados, Prof. Dr. Cleânio da Luz Lima, Prof. Dr. Edson Cavalcanti e Prof. Dr. Lindenberg Sarmiento, a fim de realizar as devidas readequações, tanto nos objetivos e metas quanto no orçamento aprovado. A documentação foi encaminhada à FINEP para elaboração de Convênio em Março de 2017, sendo que recebemos o convênio para assinatura em Dezembro de 2017. Esperamos que a liberação das primeiras parcelas ocorra em 2018.

Como relatado anteriormente, os convênios 01.13.0075.00 e 01.12.0143.00 foram executados em 100% das suas metas, mesmo quando as últimas parcelas foram liberadas com apenas seis meses de vigência dos convênios. Assim, ambos encontram-se encerrados, foram encaminhados Relatório Técnico (pela CPEI) e Relatório Financeiro (pela FADEX). Ambos



apresentaram alguns problemas e questionamentos por parte da FINEP que passamos a detalhar:

Convênio 01.13.0075.00: neste caso não tivemos questionamentos da FINEP, porém um dos fornecedores (LINX do Brasil) errou a carga no processo de embarque em Miami – Estados Unidos da América. A empresa foi devidamente intimada através da Assessoria Jurídica da FADEX e as peças faltantes estão sendo desembarçadas no aeroporto de Fortaleza, aguardamos a regularização do processo de importação.

Convênio 01.12.0143.00: Este convênio apresentou dois problemas: i) a empresa Agilent do Brasil encaminhou orçamento por um valor na compra do equipamento e, na entrega, a Invoice que acompanha o equipamento apresentava um valor menor. Neste caso o procedimento foi um pouco mais complexo devido a diversos fatores: a) o Banco do Brasil detectou através do SISCOMEX entrada de capital (equipamento) por valor inferior a remessa em moeda estrangeira; b) travamento do sistema de importação da FADEX; e c) intimação da empresa que, para regularização completa do procedimento, foi necessária a devolução da diferença desde o estrangeiro. ii) outro problema, decorrente da execução em tempo exíguo devido ao depósito da última parcela com apenas 6 meses de execução, é que alguns equipamentos não se encontravam instalados por ocasião do encaminhamento do Relatório Técnico. Em particular, os equipamentos não regularizados são de responsabilidade da Pós-Graduação em Química. Neste sentido, o Coordenador do Subprojeto, Prof. Edivan Vieira Moura, argumenta a necessidade de instalação de rede específica de gases especiais. Neste sentido, o Coordenador da CPEI iniciou gestões junto à PREUNI para regularizar a situação.

O convênio 01.14.0116.00 apresentou diversos problemas na sua execução. No período de 2016 tivemos problemas relacionados com a licitação de obras, em particular a obra contemplada no Campus Ministro Reis Veloso – Parnaíba teve atraso no processo licitatório devido à ação liminar N° 0002973-73.2009.4.01.4000 que impedia tal procedimento. Em 03/06/2016 a Coordenação de Projetos Estruturantes e Importação CPEI, toma conhecimento de decisão final do Desembargador Daniel Paes Ribeiro em favor da FUFPI/FADEX (impetradas) e dá início novamente aos trabalhos. Após licitação da Obra do Prédio para Pesquisa e Pós-Graduação do Campus de Parnaíba, nova ação liminar dos concorrentes embarga o resultado da licitação, ocasionando novos atrasos. Finalmente, após confirmação do resultado na justiça, a Prefeitura Universitária, em 01/2017 procede a



elaboração de contrato e assinaturas de acordo com: Construção de prédio para Pesquisa e Pós-Graduação do Campus de Parnaíba. Licitada: Construtora WN. Ltda. CNPJ: 11.724.406/0001-33. Valor licitado: R\$ 2.401.340,50. É importante destacar que neste convênio, e a FINEP repetindo procedimentos anteriores, também ocorreu liberação de recursos no valor de R\$ 2.000.000,00 no dia 02/01/2018, representando praticamente 35% do valor total do convênio, e deixando apenas 5 meses para execução.

Tabela 2 - Relação dos convênios com a FINEP em andamento na CPEI e a situação de cada um deles.

Edital/Convênio	Valor aprovado (R\$)	Vigência	Situação
CT-INFRA 2010 Convênio N° 01.12.0143.00	3.954.893,00	4/5/2012 à 4/5/2017	Obras finalizadas, problemas com a execução envolvendo subprojeto SIMENFS. Executando última prorrogação
CT-INFRA 2011 Convênio N° 01.13.0075.00	3.460.010,00	24/4/2013 à 24/4/2017	Última parcela depositada. Executando última prorrogação
CT-INFRA 2013 Convênio N° 01.14.0116.00	5.965.854,00	8/5/2014 à 8/5/2018	Solicitamos prorrogação especial
CT-INFRA 2014 Convênio N°	4.764.640,66	A definir	Convênio assinado em 20/12/17, aguardamos retorno da FINEP e depósito de primeira parcela

A Tabela 3 ilustra um resumo das obras apoiadas pela FINEP. É importante destacar que a entrega definitiva das obras é uma etapa importante dos convênios, pois demonstra o compromisso da administração superior em acompanhar e apoiar nos casos necessários com contrapartida com recursos próprios a fim de evitar atrasos na execução dos convênios e punições posteriores na avaliação por ocasião do julgamento de novos projetos CT-INFRA.



Tabela 3 - Obras apoiadas com recursos CT-INFRA.

Convênio	Obra	Valor total da Obra	Situação
01.13.0075.01	Núcleo de Computação de Alto Desempenho	1.343.416,97	Concluída
	Laboratório de Pesquisa em Nutrição Animal, LAPEN	768.837,62	Concluída
01.12.0143.02	Reforma e ampliação do Centro SIMENF - Saúde	136.620,59	Concluída
	Biblioteca do CCHL	1.000.006,58	Concluída
01.10.0762.03	Pós-graduação do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros	419.972,16	Concluída
	Reforma do prédio dos Programas de Pós-Graduação de Ciências da Vida	583.912,18	Concluída
01.14.0116.00	Prédio da Pós-Graduação de Parnaíba	2.401.340,50	Em andamento – previsto finalizar em abril de 2018
	Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa Básica e Aplicada	1.268.802,00	Concluída

c) Outras atividades da CPEI desenvolvidas durante o ano de 2017

- ***Solicitação e controle de Pregões Eletrônicos***

A CPEI trabalhou na coleta de dados junto aos PPG's para o lançamento dos seguintes pregões:

- Gases especiais;
- Aquisição de cilindros para armazenamento de gases especiais;
- Serviços de despachante aduaneiro;
- Material de consumo como reagentes e vidrarias.

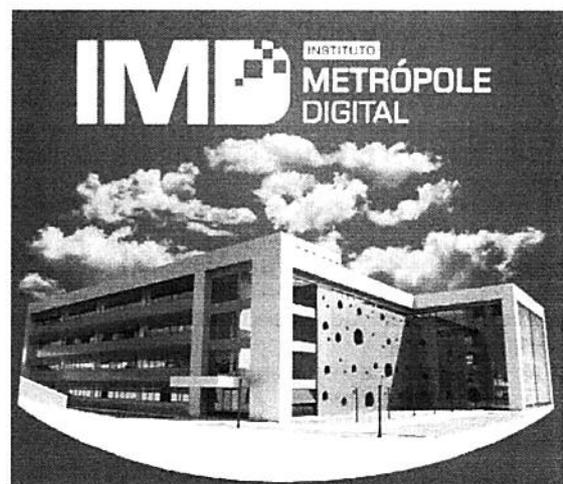
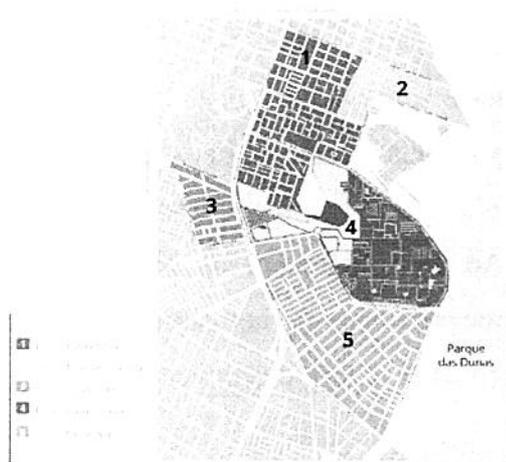
Estes pregões apresentam grande importância para os PPG's e os laboratórios de pesquisa, pois gases especiais e materiais de consumo permitem conduzir as pesquisas e manter os laboratórios em funcionamento. Ao mesmo tempo, os serviços de despachos aduaneiros são de grande importância nos procedimentos de aquisição de equipamentos e material importado, principalmente na agilização da execução de convênios.



- **Participação em Equipe Parque Tecnológico**

Com o intuito de iniciar a elaboração de projeto de Parque Tecnológico para o Piauí, foi montada equipe para realizar visitas técnicas em diferentes Parques do Brasil. Desta forma, o Coordenador da CPEI foi escalado para tal atividade e foram visitadas as seguintes localidades:

- Natal/RN:** visitamos o **Instituto MetrÓpole Digital (MDI)** onde conversamos com o Gerente Administrador e o atual Diretor do Instituto em questão. Foram discutidos diferentes aspectos operacionais e administrativos com vistas à comparação e possível implementação em Teresina. Pontos de destaque: a) cursos de curta duração (em geral profissionalizantes) que podem ser complementados até o Bacharelado em TI; b) no mesmo edifício onde são ministradas aulas e os professores possuem seus gabinetes, os dois últimos andares correspondem às empresas incubadas e espaços de co-working; c) Um destaque importante é o fato do parque se expandir por cinco bairros ao redor da UFRN, conforme abaixo, contando com incentivos fiscais (estaduais e municipais) para as empresas incubadas e outras com interesse na interação com o IMD podem ser instaladas; d) O parque possui várias incubadoras de empresas associadas, situadas dentro ou fora do perímetro do núcleo parque. O Parque e o IMD oferece uma estrutura de internet de alta velocidade (Rede Giga), servidor com super-computador (Data Center), e outros. Devemos destacar que neste IMD nasceu a empresa que desenvolveu, vendeu e dá manutenção ao nosso sistema SIGAA, em operação em várias Universidades Federais.





- ii) **São José dos Campos:** neste caso fomos recebidos pela diretora da *Clarke Modet & Co* que organizou as visitas aos diferentes administradores do parque tecnológico. Este parque apresenta grandes empresas instaladas com laboratórios de pesquisa e desenvolvimento. Dentre as empresas “âncoras” podemos mencionar Embraer, Boeing, Ericsson e outras grandes tentando convênios como Moura (fabricante de baterias), Renault e Nissan com interesse no desenvolvimento de carros elétricos. A incubadora funciona também dentro do parque com áreas de convivência denominadas co-working que permitem a interação e intercambio de experiências entre as incubadas. Possui uma extensa área mista (público e privada) onde as empresas graduadas podem se instalar após o período de incubação. No parque estão instalados um campus da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), da Faculdade de Tecnologia (Fatec), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Anhembi Morumbi (UAM) (Atenção **Universidade Privada**), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) possui extensos laboratórios que dão apoio e prestam serviços às empresas e finalmente, em andamento, o Instituto de Tecnologia Aeroespacial (ITA). Os laboratórios do IPT, visitado em particular, possui maquinarias que podem simular a cadeia produtiva, a maior sala limpa de América do Sul e fuselagem de aviões comerciais da Embraer, onde são testados novos materiais e muitos outros. Um dos destaques deste parque é o Cluster Aeroespacial Brasileiro, com mais de 90 empresas que praticam pesquisa e desenvolvimento na área específica. Outro destaque deste parque, em depoimento do Gestor de Empresas e Instituições – Sr. Luiz Fernando Carvalho, é que o parque possui mais de 250 mestres e doutores empregados ou empresários em desenvolvimento. Estes profissionais são considerados fora dos que atuam nos próprios institutos de pesquisa e/ou universidades relacionadas.



- iii) **Florianópolis:** visita mais prolongada. Visitamos Incubadora CELTA no Parque Tecnológico Alfa, Fundação CERTI; Parque SAPIENS e Laboratório de Inovação da UNISUL-iLab. No último dia, sexta feira dia 13/10/2017 a equipe foi dividida a fim de conseguirmos visitar todos os parques propostos. O parque tecnológico Alfa funciona em área própria, porém ao lado do campus da UFSC.



Em comum: Todos os parques visitados apresentam Incubadora de Empresas que oferece estrutura de apoio às incubadas. O apoio oferecido consiste em: a) suporte para promover a proteção intelectual dos produtos ou ideias que deram ou darão origem a nova empresa; b) apoio administrativo para documentação necessária quanto à operação legal das empresas incubadas (depoimento de um dos empresários em 20 dias, que possui CNPJ e pode emitir notas fiscais); c) apoio legal; d) infraestrutura de apoio técnico com laboratórios e equipamentos.



Diferente da estrutura do IMD, nos parques em São José dos Campos e Florianópolis, observa-se que embora tenha sido motivado pela Prefeitura e seja responsável pela construção e manutenção de alguns dos prédios destinados à administração, o parque não possui “dono”, isto é não é de uma universidade em particular. Observa-se que as universidades ou institutos, e neste caso podemos mencionar IPT; ITA; UNICAMP e UNIFESP apresentam unidades de apoio como laboratórios de alto padrão dando suporte às pesquisas e desenvolvimentos das empresas que estão dentro do Parque Tecnológico.

2.3 Plano de atividades para 2018

Durante a execução dos diferentes convênios UFPI/FADEX/FINEP e Pró-Equipamentos nos exercícios de 2013 a 2017, esta CPEI enfrentou diversos inconvenientes. Dentre esses inconvenientes temos a destacar a demora na liberação de recursos dos diferentes convênios FINEP, atrasada por Impropriedades em Prestações de Contas anteriores, e irregularidade no Registro de Imóveis dos CAMPI fora de cede e, no ano de 2016, tivemos uma parada total na execução dos convênios no período de Janeiro a Julho devido à Ação Liminar Nº 0002973-73.2009.4.01.4000, impedindo a execução de todo convênio envolvendo a FADEX. Também devemos destacar que outros atrasos ocorreram devido à liberação de recursos apenas no final do Convênio, como destacado anteriormente. Estes problemas e outros decorrem de administrações anteriores, isto fica claro com a aprovação das prestações de contas dos convênios mencionados anteriormente e os problemas relatados com impropriedades. A única solução deste problema foi à resposta de todas as impropriedades e solicitações feitas pela FINEP. Atendidos estes problemas a liberação de recursos pela financiadora foi reiniciada.

Por outro lado, a demora na elaboração e detalhamento de obras apoiadas nos diferentes editais CT-INFRA, interferências externas sem conhecimento desta Coordenação quanto à entrega e embarque internacional de equipamentos, falta de termos de responsabilidade, a atual administração instaurou comissão interna com o intuito de controlar e agilizar o andamento dos convênios. Esta comissão é composta por atores “chaves”, representante de cada um dos setores por onde tramitam os diferentes processos: Sra. Prefeita da UFPI (responsável direta pelas obras aprovadas), Superintendente da FADEX (responsável pela administração financeira dos convênios), Pró-Reitor de Pesquisa (como representante da área de pesquisa da UFPI) e como Presidente o Coordenador da CPEI (responsável pela



execução física dos convênios). Com a constituição desta comissão, esperamos que seja capaz de compreender os problemas relatados e assim agilizar a execução dos convênios.

Internamente, esta Coordenação, ciente dos problemas enfrentados e das necessidades da UFPI, trabalhará nos seguintes temas:

- Aperfeiçoamento do Centro Integrado de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico. Neste caso, estamos trabalhando em nova resolução que será socializada para discussão em fevereiro e março de 2018. Esperamos que a criação dos Laboratórios Multiusuários, desta vez não em rede, e integração na estrutura organizacional da UFPI agilize a interação com o setor produtivo e ao mesmo tempo, permita melhorar a captura externa.
- Aperfeiçoamento de cartilha com orientações para os Coordenadores de Subprojetos
- Aceleração do convênio 01.14.0116.00 a fim de evitarmos prorrogações especiais (devemos destacar que este convênio recebeu parcela no valor de R\$ 2.000.000,00 em 02/01.2017 e tem vigência apenas até 05/2017).
- Novo convênio decorrente de edital 02/2014 FINEP: esperamos que no decorrer de 2018, após assinatura do convênio, ocorra a liberação de parcelas que permita iniciar sua execução.
- Os laboratórios ligados aos PPG's, para serem devidamente cadastrados junto ao MCTI como estruturas de CTI e integrem o Centro Integrado de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
- Regulamentação sobre a utilização da infraestrutura e facilidades instaladas nos PPG's para as colaborações com o setor produtivo.

Ao mesmo tempo a Administração Superior, ciente da carência de uma Fundação de Apoio a Pesquisa (FAP) forte, com capacidade de proporcionar fundos suficientes para manutenção, aquisição de materiais de consumo e atender outras necessidades para o correto funcionamento dos laboratórios de pesquisa ligados aos PPG's, continuará trabalhando nos pontos mencionados anteriormente.



3. COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – CPG

Compete à CPG:

- Elaborar o Plano Anual de Qualificação de Docentes da Universidade;
- Promover o levantamento periódico das necessidades relacionadas à capacitação docente;
- Apreciar a apresentação de propostas de candidatos à bolsa de estudo;
- Propor normas sobre o processo administrativo de suporte às atividades de Pós-Graduação;
- Controlar e avaliar o desempenho dos bolsistas, solicitando relatório semestral desse desempenho e mantendo cadastro individual com todos os dados pertinentes;
- Coordenar, supervisionar, assessorar e avaliar as atividades de Pós-Graduação;
- Promover o levantamento periódico das necessidades de qualificação em nível de Pós-Graduação na UFPI;
- Promover encontros e/ou seminários, cursos e treinamentos, no âmbito da Pós-Graduação;
- Divulgar editais, avisos e resultados finais que estão relacionados a eventos escolares nesta IFES, na área da Pós-Graduação;
- Elaborar anualmente o Calendário Universitário da Pós-Graduação;
- Realizar a Matrícula Institucional dos alunos dos Cursos *Stricto e Lato Sensu*;
- Elaborar e apresentar relatório anual da Coordenadoria ao Pró-Reitor;
- Assessorar os Coordenadores na elaboração dos Aplicativos para Cursos novos (APCN's) e Projetos de Cursos *Lato Sensu*;
- Apreciar as propostas de mudanças nos Regimentos dos Programas de Pós-Graduação, bem como de suas grades curriculares;
- Implementar as bolsas CAPES (Demanda Social);
- Normatizar, apreciar a apresentação de proposta de Cursos, além de registrar os relatórios dos Cursos *Lato Sensu* concluídos;
- Fornecer Declarações e Certidões pertinentes aos Cursos de Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu*;
- Expedir os Certificados de Especialização e Diplomas dos Cursos *Stricto Sensu*;



- Assessorar o Pró-Reitor na política, na organização e coordenação das atividades de Pós-Graduação;
- Elaborar relatórios, levantamentos e outras informações para controle da PRPG e demais setores da UFPI;
- Manter atualizados os cadastros dos Cursos *Stricto Sensu*;
- Manter disponível e atualizada a legislação pertinente à Pós-Graduação;
- Acompanhar o início dos novos cursos e novas turmas.

3.1 Pós-Graduação *Stricto Sensu*

As atividades de ensino, pesquisa e extensão se beneficiam permanentemente dos cursos e pesquisas incrementados no campo da Pós-Graduação. Instalada na fronteira do conhecimento, a Pós-Graduação deve, por isso mesmo, criar canais que viabilizem a permanente qualificação dos cursos de graduação e das atividades no campo da extensão.

Os Programas de Pós-Graduação são indicadores seguros do crescimento de uma Instituição Universitária. Evidenciam o investimento na pesquisa e na formação de pessoal, requisitos indispensáveis para a consolidação de qualquer uma das áreas de conhecimento. Permitem, ainda, a expansão de grupos de pesquisa com alto valor acadêmico agregado.

A Pós-Graduação da UFPI vem alcançando, sucessivamente, patamares elevados na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Conta com dispositivos capazes de assegurar uma sólida formação especializada e, ao mesmo tempo, com mecanismos que facilitam uma constante adaptação às mudanças exigidas pelo avanço do conhecimento. Está respaldada nos valores da excelência acadêmica e da sensibilidade social, indicadores do compromisso com o Ensino Superior Público no Brasil. A política institucional tem possibilitado a expansão dos Programas de Pós-Graduação, conforme demonstrado na Tabela 4.



Tabela 4 - Evolução no número de cursos de Pós-Graduação na UFPI.

Ano	Nível			Total
	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	
1991 a 2005	09	01	-	10
2006	-	01	-	01
2007	-	-	-	-
2008	04	-	-	04
2009	05	-	-	05
2010	01	01	-	02
2011	05	03	02	10
2012	04	-	-	04
2013	-	-	-	-
2014	04	01	02	07
2015	01	03	01	05
2016	02	-	04	06
2017	-	-	-	-
Total Geral	35	10	09	54

No ano de 2016, iniciaram as atividades 06 (seis) cursos de Pós-Graduação na UFPI, conforme Tabela 04, sendo 02 Mestrados Acadêmicos e 04 Mestrados Profissionais. Ainda deve ser contabilizado 01 curso de Mestrado em Psicologia que teve APCN aprovada em 2016, porém iniciou suas atividades em 2017. A Tabela 5 ilustra os Programas de Pós-Graduação da UFPI com data de início do curso, nível/modalidade e conceito junto a CAPES na Avaliação Quadrienal de 2017.

Tabela 5 - Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFPI, com data de início, após nível/modalidade e conceito junto a CAPES na Avaliação Quadrienal de 2017.

Nome do Programa de Pós-Graduação (PPG)	Início do curso	Nível/Modalidade	Conceito CAPES
Educação	15/03/1991	Mestrado Acadêmico	4
Ciência Animal	15/03/1999	Mestrado Acadêmico	3
Química	15/03/1999	Mestrado Acadêmico	4
Desenvolvimento e Meio Ambiente	15/03/2002	Mestrado Acadêmico	4
Políticas Públicas	15/03/2002	Mestrado Acadêmico	4
Agronomia (Agricultura Tropical)	01/01/2003	Mestrado Acadêmico	3
Letras	01/01/2003	Mestrado Acadêmico	4
Ciências e Saúde	15/03/2004	Mestrado Acadêmico	4
História do Brasil	15/03/2004	Mestrado Acadêmico	4
Biotechnology (RENORBIO) - Rede	01/01/2006	Doutorado Acadêmico	5
Ciência Animal	15/03/2006	Doutorado Acadêmico	3
Farmacologia	01/01/2007	Mestrado Acadêmico	4
Enfermagem	28/02/2007	Mestrado Acadêmico	4

Continua...



Nome do Programa de Pós-Graduação (PPG)	Início do curso	Nível/Modalidade	Conceito CAPES
Física	23/02/2008	Mestrado Acadêmico	4
Filosofia (Ética e Epistemologia)	26/02/2008	Mestrado Acadêmico	3
Ciência Política	15/03/2008	Mestrado Acadêmico	2
Genética e Melhoramento	01/03/2009	Mestrado Acadêmico	4
Matemática	05/03/2009	Mestrado Acadêmico	4
Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas)	15/03/2009	Mestrado Acadêmico	3
Antropologia	24/03/2009	Mestrado Acadêmico	3
Alimentos e Nutrição	12/04/2009	Mestrado Acadêmico	4
Desenvolvimento e Meio Ambiente - Rede	18/02/2010	Doutorado Acadêmico	5
Ciências Farmacêuticas	12/03/2010	Mestrado Acadêmico	4
Matemática - PROFMAT	01/01/2011	Mestrado Profissional	5
Agronomia (Fitotecnia)	14/03/2011	Mestrado Acadêmico	4
Ciência e Engenharia dos Materiais	14/03/2011	Mestrado Acadêmico	5
Políticas Públicas	30/03/2011	Doutorado Acadêmico	4
Educação	04/05/2011	Doutorado Acadêmico	4
Geografia	26/05/2011	Mestrado Acadêmico	3
Odontologia	15/08/2011	Mestrado Acadêmico	3
Comunicação	22/08/2011	Mestrado Acadêmico	3
Saúde da Família (RENASF/FIOCRUZ)	01/08/2014	Mestrado Profissional	3
Ciência da Computação	13/03/2012	Mestrado Acadêmico	3
Arqueologia	19/03/2012	Mestrado Acadêmico	3
Sociologia	19/03/2012	Mestrado Acadêmico	3
Zootecnia	19/03/2012	Mestrado Acadêmico	3
Enfermagem	18/03/2014	Doutorado Acadêmico	4
Biotecnologia	18/03/2014	Mestrado Acadêmico	4
Ciências Biomédicas	18/03/2014	Mestrado Acadêmico	3
Agronomia (Agricultura Tropical)	30/04/2014	Doutorado Acadêmico	3
Ensino de Física	08/09/2014	Mestrado Profissional	3
Saúde e Comunidade	06/01/2015	Mestrado Acadêmico	3
Química	09/01/2015	Doutorado Acadêmico	4
Saúde da Mulher	09/01/2015	Mestrado Profissional	3
Alimentos e Nutrição	12/04/2015	Doutorado Acadêmico	4
Ciência e Engenharia dos Materiais	21/05/2015	Doutorado Acadêmico	5
Artes, Patrimônio e Museologia	01/07/2015	Mestrado Profissional	3
Filosofia	04/02/2016	Mestrado Acadêmico	4
Engenharia Elétrica	26/02/2016	Mestrado Acadêmico	3
Administração Pública - PROFIAP - Rede	24/10/2016	Mestrado Profissional	2
Gestão Pública	02/12/2016	Mestrado Profissional	3
Filosofia – PROFILO	06/02/2017	Mestrado Profissional	3
Psicologia	18/04/2017	Mestrado Acadêmico	3
Saúde da Família (ABASCO/FIOCRUZ)	04/05/2017	Mestrado Profissional	3



A Figura 3 ilustra a evolução dos conceitos dos Programas de Pós-Graduação Institucionais Acadêmicos nas avaliações trienal de 2013 e quadrienal de 2017 da CAPES. Observa-se uma diminuição dos Programas com conceito 3, de 24 para 15, e incremento da quantidade de Programas com conceito 4, de 9 para 16. Ademais, tivemos a grata surpresa do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia dos Materiais ter alcançado o conceito 5, representando um desempenho muito bom ou excelente. Os dados apresentados apontam na crescente qualificação e consolidação dos Programas da UFPI ao longo dos anos, obtendo mais de 50% das notas dos Programas em 4 e 5 (Figura 4). A Figura 5 mostra os conceitos dos Programas de Pós-Graduação da UFPI antes da Avaliação Quadrienal da CAPES de 2017, quando possuíamos 81% dos Programas com conceito 3.

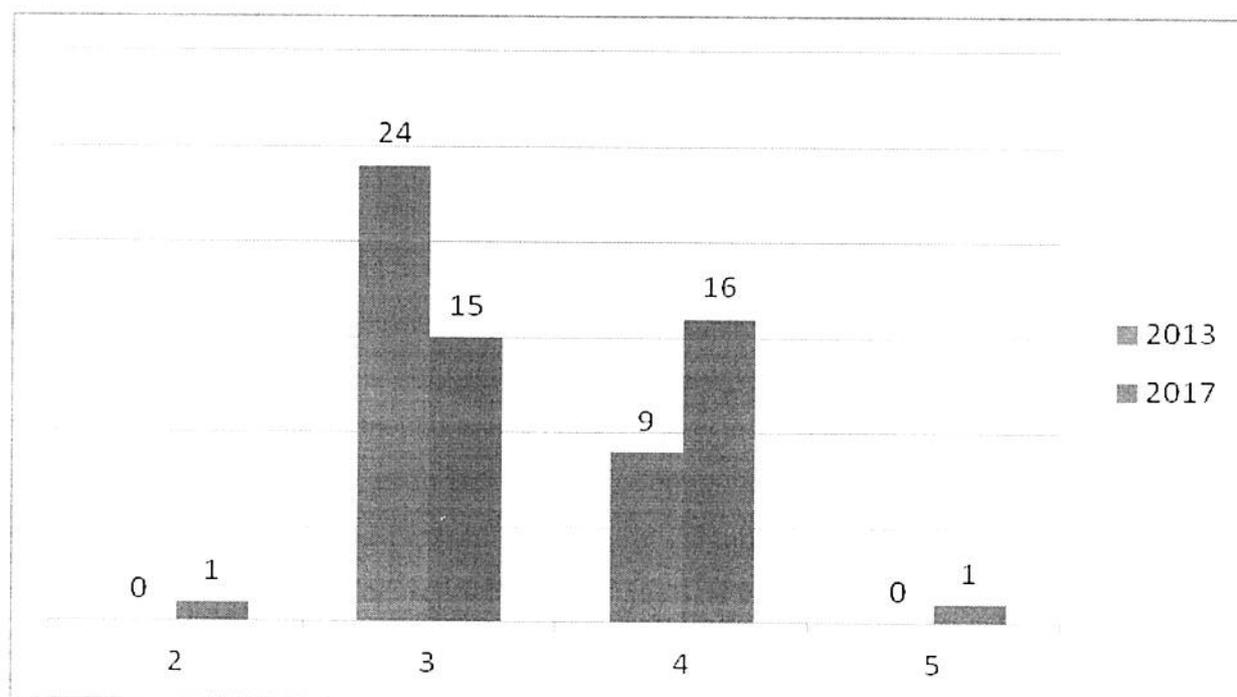


Figura 3 – Evolução dos conceitos dos Programas de Pós-Graduação da UFPI nas Avaliações Trienal de 2013 e Quadrienal de 2017.



AVALIAÇÃO QUADRIENAL CAPES 2017 -UFPI

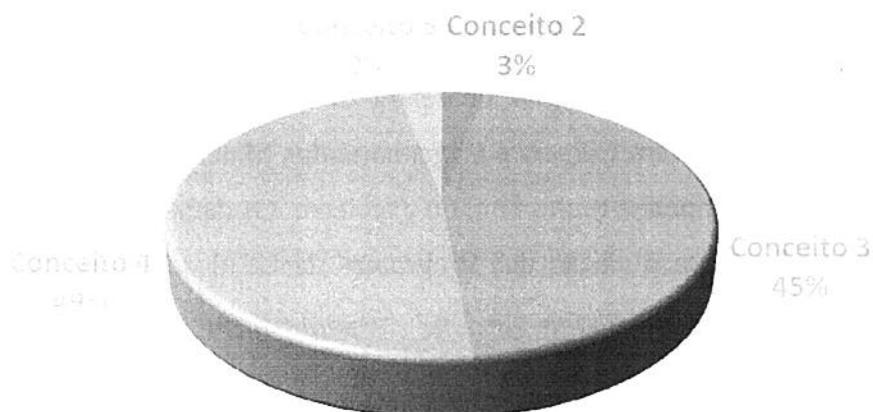


Figura 4 – Relação percentual dos conceitos dos Programas de Pós-Graduação da UFPI obtidos na Avaliação Quadrienal da CAPES no ano de 2017.

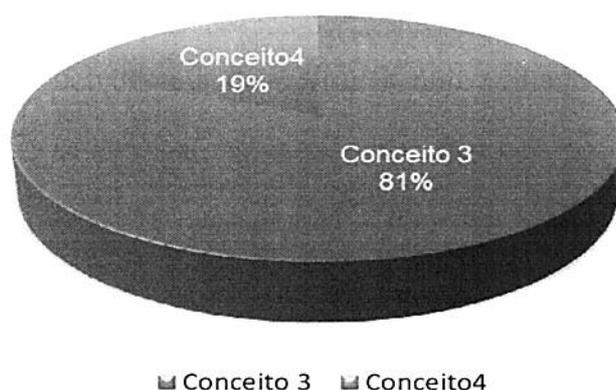


Figura 5 – Conceitos dos Programas de Pós-Graduação da UFPI antes da Avaliação Quadrienal da CAPES de 2017.

O corpo docente da Pós-Graduação *Stricto Sensu* está sendo ampliado na medida em que são institucionalizados novos Programas, como apresentado na Tabela 6. Os dados apresentados nesta tabela mostram todos os docentes cadastrados em cada programa. Neste computo, há participação de docentes colaboradores de outras instituições de ensino e pesquisa do Brasil, perfazendo um total de 823 (oitocentos e vinte e três) docentes.



Tabela 6 - Docentes integrantes dos Programas de Pós-Graduação da UFPI, em 2017, incluindo colaboradores externos.

Programa de Pós-Graduação	Nº de Docentes*
Administração Pública – Mestrado Profissional	12
Agronomia (Agricultura Tropical)	27
Agronomia (Fitotecnia)	17
Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas)	15
Alimentos e Nutrição	20
Antropologia	10
Arqueologia	16
Artes, Patrimônio e Museologia	08
Biociências (RENORBIO) - Doutorado	31
Biociências - Mestrado	19
Ciência Animal	28
Ciência da Computação	14
Ciência e Engenharia dos Materiais	21
Ciência Política	12
Ciências Biomédicas	22
Ciências e Saúde	23
Ciências Farmacêuticas	20
Comunicação	12
Desenvolvimento e Meio Ambiente - Doutorado	10
Desenvolvimento e Meio Ambiente - Mestrado	22
Educação	26
Enfermagem	19
Ensino de Física – Mestrado Profissional	12
Engenharia Elétrica	15
Filosofia (Ética e Epistemologia)	17
Farmacologia	15
Filosofia – Mestrado Acadêmico	17
Filosofia – Mestrado Profissional	09
Física - Mestrado Acadêmico	15
Genética e Melhoramento	15
Geografia	14
Gestão Pública - Mestrado Profissional	21
História	19
Letras	22
Matemática - Mestrado Acadêmico	27
Matemática - Mestrado Profissional - Parnaíba	10
Matemática - Mestrado Profissional - Teresina	17
Odontologia	18
Políticas Públicas	18
Psicologia	11
Química	33
Saúde da Família	05
Saúde da Família (PROFSAÚDE) - Mestrado Profissional	15
Saúde da Mulher	21



Programa de Pós-Graduação	Nº de Docentes*
Saúde e Comunidade	18
Sociologia	21
Zootecnia	14
Total	823

* Alguns docentes são contabilizados mais de uma vez por atuarem em mais de um programa.

A Tabela 7 apresenta a quantidade de alunos matriculados, novos e titulados nos Cursos dos Programas *Stricto Sensu* da UFPI, com a respectiva taxa de sucesso (TS) em 2017. A TS é um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior, principalmente aquelas que mantêm uma produção científica, que informa a relação percentual entre o número de diplomados e o número total de ingressantes. O ideal é que esta taxa de sucesso se aproxime do valor unitário (1), no entanto, esta taxa está distorcida devido à criação de novas vagas. Isto é, no caso de Programas novos, como os de Doutorado em Química e em Ciência e Engenharia dos Materiais, que envolvem a formação de discentes em períodos de até 04 (quatro) anos, esperamos que esses programas possam atingir um regime estacionário de formação de discentes, e por tanto a estabilização da sua taxa de sucesso apenas no ano de 2019. As médias de TS no ano de 2017 para Mestrado e Doutorado da UFPI foram 0,34 e 0,43, respectivamente. Comparativamente as TSs no ano de 2016, observamos que houve pequeno decréscimo (Mestrado - TS = 0,40 e Doutorado - TS = 0,48), provavelmente relacionado à quantidade de Programas que foram criados recentemente e ainda não apresentam discentes titulados.

Tabela 7 – Relação de alunos matriculados, novos e titulados nos Cursos dos Programas *Stricto Sensu* da UFPI, com a respectiva taxa de sucesso (TS) em 2017.

Curso	Nível	Alunos			TS
		Matriculados	Novos	Titulados	
Antropologia	Mestrado	51	34	05	0,15
Arqueologia	Mestrado	28	09	02	0,22
Administração Pública	Mestrado	13	-	-	
Agronomia (Agricultura Tropical)	Mestrado	37	16	13	0,81
	Doutorado	30	10	03	0,30
Agronomia (Fitotecnia)	Mestrado	49	24	04	0,02
Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas)	Mestrado	32	10	08	0,80
	Mestrado	57	23	17	0,74
Alimentos e Nutrição	Doutorado	22	09	-	*
	Mestrado	36	-	06	*
Artes, Patrimônio e Museologia	Mestrado	36	-	06	*
Biotecnologia	Mestrado	35	20	10	0,50
Biotecnologia/RENORBIO	Doutorado	163	32	26	0,81



Curso	Nível	Alunos			TS
		Matriculados	Novos	Titulados	
Ciência Animal	Mestrado	58	34	21	0,62
	Doutorado	83	20	10	0,50
Ciência da Computação	Mestrado	51	25	11	0,44
Ciência e Engenharia dos Materiais	Mestrado	33	07	11	1,57
	Doutorado	31	09	-	*
Ciência Política	Mestrado	68	36	09	0,25
Ciências Biomédicas	Mestrado	56	25	10	0,40
Ciências e Saúde	Mestrado	73	36	09	0,25
Ciências Farmacêuticas	Mestrado	35	13	06	0,46
	Mestrado	57	44	10	0,23
Desenvolvimento e Meio Ambiente	Mestrado	48	17	15	0,88
Desenvolvimento e Meio Ambiente - Rede	Doutorado	36	09	06	0,67
	Mestrado	62	43	12	0,28
Educação	Doutorado	70	22	18	0,82
	Mestrado	42	19	10	0,53
Enfermagem	Doutorado	23	12	01	0,08
	Mestrado	70	57	-	*
Engenharia Elétrica	Mestrado	33	17	05	0,29
Ensino de Física	Mestrado	02	-	08	*
Ética e Epistemologia	Mestrado	44	36	-	*
Filosofia Acadêmica	Mestrado	13	13	-	*
Filosofia – Mestrado Profissional	Mestrado	35	15	04	0,27
Farmacologia	Mestrado	31	15	09	0,60
Física	Mestrado	27	08	01	0,13
Genética e Melhoramento	Mestrado	38	20	09	0,45
Geografia	Mestrado	63	43	-	*
Gestão Pública	Mestrado	53	20	11	0,55
História do Brasil	Mestrado	85	52	14	0,27
Letras	Mestrado	26	10	06	0,60
Matemática Acadêmica	Mestrado	27	10	10	1,0
Matemática Profissional - THE	Mestrado	07	-	07	*
Matemática Profissional - PHA	Mestrado	22	11	09	0,82
Odontologia	Mestrado	44	18	10	0,56
Políticas Públicas	Doutorado	29	12	01	0,08
	Mestrado	14	14	-	*
Psicologia	Mestrado	68	33	11	0,33
	Doutorado	40	15	-	*
Saúde da Família (PROFSAÚDE)	Mestrado	09	09	-	*
Saúde da Família (RENASF)	Mestrado	20	20	-	*
Saúde da Mulher	Mestrado	69	42	02	0,05
Saúde e Comunidade	Mestrado	48	22	11	0,50
Sociologia	Mestrado	61	41	12	0,29
Zootecnia	Mestrado	41	12	03	0,35
Total	Mestrado	1831	973	331	0,34
	Doutorado	527	150	65	0,43

Fonte: Plataforma Sucupira e SIGAA. *Programas criados recentemente.



Com o empenho em seus quadros de orientadores e o compromisso dos discentes dos Programas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), 653 discentes foram diplomados em 2017, sendo 573 mestres e 80 doutores (Tabela 8). Comparativamente ao ano 2016, que teve a seguinte situação: discentes titulados em nível de mestrado 219 e em nível de doutorado 71, estes números representaram um incremento de 161 e 12 % de mestres e de doutores titulados, respectivamente. Entretanto, a relação entre o número de ingressantes e o número de discentes titulados ainda pode ser melhorada, pois o sistema ainda não atingiu estabilidade, uma vez que muitos cursos foram abertos recentemente, inclusive de Doutorado, onde o interstício dos discentes é previsto em quatro anos, com os primeiros discentes titulados apenas quatro anos depois do curso iniciar as atividades. A Tabela 8 destaca o número de discentes diplomados por programa no ano de 2017.

Tabela 8 - Discentes diplomados em nível de Mestrado e Doutorado no ano de 2017.

Programa de Pós-Graduação	Nº de Diplomados
Administração Pública – Mestrado Profissional	-
Agronomia – Fitotecnia	12
Agronomia – Produção Vegetal (Doutorado)	04
Agronomia – Produção Vegetal (Mestrado)	20
Agronomia – Solos e Nutrição de Plantas	12
Alimentos e Nutrição (Doutorado)	-
Alimentos e Nutrição (Mestrado)	26
Antropologia	13
Arqueologia	03
Artes, Patrimônio e Museologia	05
Biotecnologia	16
Biotecnologia/RENORBIO (Doutorado)	31
Ciência Animal (Doutorado)	20
Ciência Animal (Mestrado)	25
Ciência da Computação	21
Ciência e Engenharia dos Materiais (Doutorado)	-
Ciências dos Materiais (Mestrado)	18
Ciência Política	11
Ciências Biomédicas	15
Ciências e Saúde	29
Ciências Farmacêuticas	09
Comunicação	15
Desenvolvimento e Meio Ambiente	22
Desenvolvimento e Meio Ambiente – Em Rede	11
Educação (Doutorado)	18
Educação (Mestrado)	31
Enfermagem (Doutorado)	05



Programa de Pós-Graduação	Nº de Diplomados
Enfermagem (Mestrado)	32
Ensino de Física - Mestrado Profissional	08
Ética e Epistemologia	14
Farmacologia	05
Filosofia	-
Filosofia – Mestrado Profissional	-
Física	13
Genética e Melhoramento	04
Geografia	15
Gestão Pública – Mestrado Profissional	-
História do Brasil	20
Letras	35
Matemática Acadêmico	15
Matemática Profissional - THE	13
Matemática Profissional - PHA	05
Odontologia	09
Políticas Públicas (Doutorado)	02
Políticas Públicas (Mestrado)	15
Psicologia	-
Química (Doutorado)	-
Química (Mestrado)	19
Saúde da Família (PROFSAÚDE) - Mestrado Profissional	-
Saúde da Família (RENASF) - Mestrado Profissional	06
Saúde da Mulher - Mestrado Profissional	02
Saúde e Comunidade	10
Sociologia	11
Zootecnia	10
Total	653

Com o crescimento dos Programas de Pós-Graduação, a CAPES ampliou, no período em análise, o número de bolsas concedidas alcançando em 2017 um total de 484 bolsas, sendo 395 bolsas de Mestrado e 89 de Doutorado. Porém, neste quantitativo estão incluídas as bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí/FAPEPI e do CNPq. O crescimento significativo do número de bolsas foi devido principalmente à implantação, em 2009, do Programa de Bolsas no âmbito do REUNI que finalizou em 2013, migrando assim todas as bolsas para o Programa Demanda Social da CAPES. Com novos investimentos em infraestrutura de pesquisa na UFPI, somado ao apoio desta Pró-Reitoria aos departamentos, para envio de propostas junto à CAPES para implantação de novos Programas de Pós-Graduação, tivemos uma expansão da Pós-Graduação nesta IFES, tanto no seu aspecto qualitativo e como quantitativo. Entretanto, desde 2014 houve uma acentuada diminuição dos editais para financiamento à Pesquisa e à Pós-Graduação, que tiveram reflexos na oferta de



novas bolsas. Desde 2015, o incremento de bolsas de mestrado e doutorado é praticamente oriundo do surgimento de novos cursos, ou alteração da modalidade de bolsas com base em resoluções específicas da CAPES. A Tabela 9 reporta a quantidade totais de bolsas de Mestrado e Doutorado implantadas em 2017 por agência de fomento (CAPES, FAPEPI e CNPq).

Tabela 9 - Bolsas do Programa de Demanda Social/DS/CAPES, FAPEPI e CNPq concedidas aos Programas de Pós-Graduação da UFPI, implantadas em 2017.

Agência de Fomento	Nível	Nº de bolsas	Total
CAPES	Mestrado	373	462
	Doutorado	89	
FAPEPI	Mestrado	10	10
CNPq	Mestrado	12	12

O crescimento dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na UFPI e a necessidade de melhoria nos conceitos junto à CAPES, levou à necessidade de ações pontuais para melhor qualificá-los. Neste sentido, em 2017 foi implantado o Comitê Institucional da PRPG que tem como objetivo principal discutir estratégias no sentido de qualificar os Programas de Pós-Graduação. E ainda no mês de outubro de 2017, o Comitê Institucional participou de uma reunião com o Fórum de Coordenadores da Pós-Graduação com intuito de discutir os aspectos relacionados na ficha de avaliação quadrienal da CAPES, tais como: proposta do programa; corpo docente; corpo discente, teses e dissertações; produção intelectual e inserção social.

3.3 Pós-Graduação *Lato Sensu*

A Pós-Graduação *Lato Sensu* da UFPI é subdividida em Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Residências. As Especializações e Aperfeiçoamentos acontecem na modalidade presencial e a distância em diversas áreas do conhecimento. Já as Residências são presenciais e divididas em: Programas de Residência Médica, Programas de Residência em Área Multiprofissional e Programas de Residência em Área Profissional de Saúde.

3.3.1 Especialização

Na modalidade *Lato Sensu*, no ano de 2017, a UFPI ofereceu 32 cursos de Especialização, abrangendo diversas áreas do conhecimento, capacitando um segmento importante de profissionais que atuam no nosso Estado e fora deste. Destacando que parte das



especializações ofertadas são oriundas de políticas públicas financiadas pelo governo federal e a outra parte é autossustentada. Vale ressaltar que o índice de aproveitamento das especializações está na média de 62%.

A distribuição numérica, por unidade de ensino responsável pela gestão de cada curso está sumarizada a seguir na Tabela 10.

Tabela 10 - Relação dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu* oferecidos pela UFPI, em 2017.

Unidade de Ensino/Parceiros		Quantidade
Modalidade Presencial/Semi-Presencial	CCE	00
	CCS	04
	CCHL	00
	CT	02
	CCN	00
	CCA	00
	CEAD	06
	PICOS	01
Instituições parceiras	ESMEPI	02
	TCE/PI	02
	TRE	01
Total		17

Tabela 10.1 - Relação dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu* oferecidos em 2017, por curso.

Unidade	Nome do Curso	Vaga	Matrículas
CCS	Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial	6	6
CCS	Ortodontia	33	12
CCS	Saúde da Família	745	745
CCS	Atividade Física e Saúde	35	35
CEAD	Gestão Educacional em Rede	450	449
CEAD	Gestão Em Saúde	350	348
CEAD	Gestão Pública	300	298
CEAD	Gestão Pública Municipal	250	248
CEAD	Libras	250	250
Convênio	Contabilidade e Controle na Administração Pública - TCE	56	40
Convênio	Direito Constitucional e Controle na Adm. Pública - TCE	55	52
Convênio	Direito Eleitoral - EJE	60	36
Convênio	Direito Privado - ESMEPI	60	45
Convênio	Direito Público - ESMEPI	60	45
CT	Automação de Processos Industriais	30	22
CT	Logística e Distribuição	45	41
Picos	Saúde Coletiva	40	21
Total		2852	2693

25



3.2.2 *Residência Médica*

Os Programas de Residência Médica em andamento, na UFPI, são em número de 21 (Tabela 11). Destes, 17 são cadastrados no Hospital Universitários e 04 são vinculados à rede hospitalar do Estado, e funcionam em observância às normas da Comissão Nacional de Residência Médica, criada pelo Decreto nº 80.281/1977. A Coordenação Geral Executiva desses Programas, atualmente, está a cargo da Prof^ª. Dr^ª. Catarina Fernandes Pires do Centro, de Ciências da Saúde. No ano de 2017, o HU/UFPI estava com 123 residentes (R1 E R2), foram 31 concluintes em 2017, o que totalizou uma taxa de 100% de aproveitamento no fluxo de entrada e saída de residentes.

Tabela 11 - Programas de Residência Médica em andamento na UFPI.

Áreas	Hospitais vinculados	Coordenadores da Área
Anestesiologia	Hospital Universitário	Mônica Cronemberger Serzedo
Cardiologia	Hospital Universitário	Maurício Batista Paes Landim
Cirurgia Geral	Hospital Universitário	Karoline Dantas de Moraes
Cirurgia Geral R3	Hospital Universitário	Karoline Dantas de Moraes
Cirurgia Plástica	Hospital Universitário	Mauri Brandão de Medeiros Júnior
Clínica Médica	Hospital Universitário	José Maria Correia Lima e Silva
Dermatologia	Hospital Universitário	Lauro Lourival Lopes Filho
Endocrinologia	Hospital Universitário	André Gonçalves da Silva
Endoscopia Digestiva	Hospital Universitário	Jeany Borges Silva
Gastroenterologia	Hospital Universitário	Murilo Moura Lima
Geriatría	Hospital Universitário	Glenda Maria Santos Moreira Cronemberger Mangueira
Medicina Intensiva	Hospital Universitário	Patrícia Machado Veiga de C. Melo
Obstetrícia e Ginecologia	Hospital Universitário	Anaíde Rosa de Carvalho Nascimento
Oftalmologia	Hospital Universitário	Erbert Martins Portela

Continua...



Áreas	Hospitais vinculados	Coordenadores da Área
Ortopedia e Traumatologia	Hospital Universitário	Oswaldo Mendes de Oliveira Filho
Radiologia e Diag. Por Imagem	Hospital Universitário	Vinícius Rodrigues de Carvalho
Reumatologia	Hospital Universitário	José Salomão Budaruiche
Infectologia	Instituto de Doenças Tropicais Natan Portela	Raimundo Félix dos Santos Júnior
Neonatologia	Hospital Infantil Lucídio Portela	Mariza Fortes de Cerqueira P. da Silva
Pediatria	Hospital Infantil Lucídio Portela	Gildene Alves da Costa
Psiquiatria	Hospital Areolino de Abreu	Alexandre Castelo Branco Vaz Parente

3.2.3 Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde

Os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde em andamento, na UFPI, em número de 07 (sete), conforme Tabela 12, foram criados a partir da promulgação da Lei nº 11.129 de 2005 e são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, instituída por meio da Portaria Interministerial nº 1.077, de 12 de novembro de 2009, é coordenada conjuntamente pelo Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. A Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde/COREMU atualmente está a cargo da Prof^ª. Dr^ª. Elisiane Gomes Bomfim/CCS.



Tabela 12 - Relação dos Programas de Residência Multiprofissional em Área da Saúde em andamento na UFPI.

Áreas	Hospitais vinculados	Coordenadores da Área
Cirurgia e Traumatologia Buco- Maxilo - Faciais	HU	Walter Leal de Moura
Enfermagem Obstétrica	HU/MDER	Elisiane Gomes Bonfim
Residência Multiprofissional em Saúde Alta Complexidade: Enfermagem; Farmácia; Nutrição; Fisioterapia; Psicologia.	HU	Maria Rosália Ribeiro Brandim
Residência Multiprofissional em saúde – Atenção Básica: Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Psicologia.	Saúde da Família Parnaíba	Dayanne Batista Sampaio
Medicina Veterinária: Clínica Médica e Cirurgia de Cães e Gatos; Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais; Patologia Clínica; Diagnóstico por Imagem; Patologia Animal; Doenças Parasitárias; Sanidade de Ruminantes; Zoonoses e Saúde Pública; Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal; Controle de Qualidade de Produtos de Origem Animal.	HVU	Francisco Lima Silva
Anestesiologia Veterinária	HVU	Francisco Solano Feitosa Junior
Reprodução Animal	HVU	Ana Lys Barradas Bezerra Mineiro



O perfil do número de discentes nos Programas *Lato Sensu* está demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13 - Número de discentes de Pós-Graduação *Lato Sensu* de 2011 a 2017.

Ano	Matriculados				Concluintes			
	Esp./Aperf.	RMULT	RAPS	Total	Esp./Aperf.	RMULT	RAPS	Total
2011	1938	35	05	1978	473	15	04	492
2012	1194	85	11	1290	857	33	02	892
2013	675	88	16	779	695	31	08	734
2014	1.634	97*	19	1.750	196	37	03	236
2015		20	60			10	26	
2016	3720	32	80	3832	2604	16	38	2658
2017	2199	52	69	2320	2349	25	34	2408

*78RM / 19RMM

RMULT - Residência Multiprofissional em Saúde Alta Complexidade (Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia, Psicologia).

RAPS - Residência em Área Profissional de Saúde (Medicina Veterinária, Anestesiologia Veterinária, Reprodução Animal, Enfermagem Obstétrica e Odonto Bucal-Maxilo-Facial).

O número de bolsas oferecido continua significativo, conforme Tabela 14.

Tabela 14 - Bolsistas de Programas *Lato Sensu* em 2017.

Modalidade	Ano de 2017
Especialização Presencial	03
Especialização EAD	2.393
Residência Médica	123
Residência em Área Profissional de Saúde	80
Residência Multiprofissional em Área de Saúde	32
Total	2.631



As resoluções que norteiam a Pós-Graduação *Lato Sensu* foram reconfiguradas nos anos de 2016 e 2017 para a atualização das normas. Assim, a Resolução 227/16, passou a regulamentar todo o processo de criação até a oferta de cursos para as especializações. Para as residências profissionais e multiprofissionais em saúde, aprovou-se a Resolução 68/2017, que regulamenta a Minuta do Termo de Convênio para estágio nas Residências Uni e Multiprofissional, bem como a Resolução 230/17, que regulamenta o modelo do certificado de conclusão de curso dos Programas de Residência Uni e Multiprofissional em Saúde expedidos pela UFPI.

Além disso, objetivando fortalecer as políticas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, foi lançado o edital para ofertas de curso de especialização em 2017.2, por servidores da UFPI.

3.3 *Plano de ação para 2018*

3.3.1 *Stricto Sensu*

- ✓ Elaboração de proposta que dispõe sobre critérios para participação em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e distribuição de carga horária semanal dos docentes da Universidade Federal do Piauí para as atividades de Ensino de Graduação e Pós-Graduação, que será apreciada no CEPEX;
- ✓ Elaboração de proposta de resolução que dispõe sobre normas e procedimentos para os afastamentos de servidores técnico-administrativos e docentes pertencentes ao quadro permanente da Universidade Federal do Piauí para a participação em Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* e Estágio de Pós-Doutorado, que será apreciada nos Conselhos Superiores;
- ✓ Atualização da resolução N^o 226/2013-CEPEX que regulamenta o estágio à docência nos Programas de Pós-Graduação, que será apreciada no CEPEX;
- ✓ Realização dos Seminários de Acompanhamento, com intuito de diagnosticar os problemas enfrentados pelos programas e traçar ações para melhor qualificação destes;
- ✓ Realização do I Workshop da Pós-Graduação, que premiará as melhores teses e dissertações das diferentes áreas da Pós-Graduação.



3.3.2 *Lato Sensu*

- ✓ Elaboração do calendário acadêmico dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, visando melhorar os trabalhos das coordenações de cursos;
- ✓ Confeção de uma cartilha de orientação aos cursos de residência, para melhor normatização e funcionamento dos mesmos.

3.4 - *Capacitação de Servidores*

No investimento permanente para ampliação da qualificação docente e técnicos administrativos da UFPI, várias estratégias foram adotadas, dentre elas destacamos a implementação de Programas especiais gerenciados pela CAPES, como pode ser observado na Tabela 15.

Tabela 15 - Programas especiais na Pós-Graduação e qualificação de recursos humanos em 2016.

Programa	Quantidade
DINTER	96
PNPD – CAPES	35

O desenvolvimento de projeto DINTER (Doutorado Interinstitucional), tem sido uma dessas estratégias, apresentando resultados animadores (Tabela 16).

A política de qualificação docente e técnica implantada na UFPI nos últimos anos fizeram com que o percentual de titulados, principalmente de mestres e doutores, continuasse crescendo. No ano de 2016, foi firmado um convênio com a Universidade Municipal de São Caetano do Sul/USCS no estado de São Paulo, que capacitará servidores (docentes e técnico-administrativos) nos níveis de Mestrado e Doutorado respectivamente, na área de Administração. Com este convênio pretende-se formar 12 doutores e 08 mestres em 4 anos. Em 2017, o convênio celebrado com a Universidade Federal da Paraíba almeja formar 18 doutores na área de Administração, tanto no quadro docente como no quadro de servidor técnico-administrativo.



Tabela 16 – Programas DINTER em andamento, tendo como receptora a UFPI, no ano de 2017.

Edital	PPG	Coordenador	Cidade	Promotora	Vigência	
					Início	Término
2017	Administração	Maria Fernanda B. do Amaral	Teresina	UFPB	2017	2021
2015	Nutrição em Saúde Pública	Adriana de Azevedo Paiva	Teresina	USP	2016	2020
2015	Ciências Jurídicas	Maria Sueli R. de Sousa	Teresina	UFPB	2016	2020
2015	Educação	Germaine Elshout de Aguiar	Teresina	FE-USP	2016	2020
2015	Tecnologia	Francisco de A. Sinimbu Neto	Teresina	UTFPR	2016	2020
2015	Educação	José Petrucio de Farias Júnior	Picos	UFU	2016	2020
2014	Mecânica	Rômulo Ribeiro M. de Sousa	Teresina	UNICAMP	2015	2019
Total			07			

Com o incremento do número de Programas Institucionais de Pós-Graduação, muitos docentes e técnicos vêm se qualificando na própria Instituição. O expressivo crescimento do corpo docente qualificado deve-se ao apoio institucional permanente da administração superior, que tem possibilitado a realização dos cursos *Stricto Sensu* na própria Universidade, em colaboração com Programas de Pós-Graduação de instituições consolidadas. A Figura 6 apresenta o comportamento relativo do número total de doutores atuantes na UFPI em relação ao número total de docentes. Cabe destacar que a meta do Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG da CAPES é de atingir um total de 67% de docentes doutores atuando nas diferentes IES do Brasil, essa mesma meta consta no PDI da UFPI. Observando o crescimento recente nos últimos quatro anos (Figura 6), o percentual de docentes com título de Doutorado vem crescendo ao longo dos anos. Em 2014, o percentual de docentes com qualificação de doutorado em relação à quantidade de docentes da UFPI foi de 46,83%. Este valor atingiu 51,35% no ano de 2016 e para 2017 o valor está em 54,21%. Com base no exposto, podemos mencionar que meta deverá atingida sem problemas, uma vez que a UFPI conta com pelo mais de 150 professores afastados para qualificação (interna, DINTER ou em outras IES).



Indicadores de Qualificação de Docentes para Doutorado

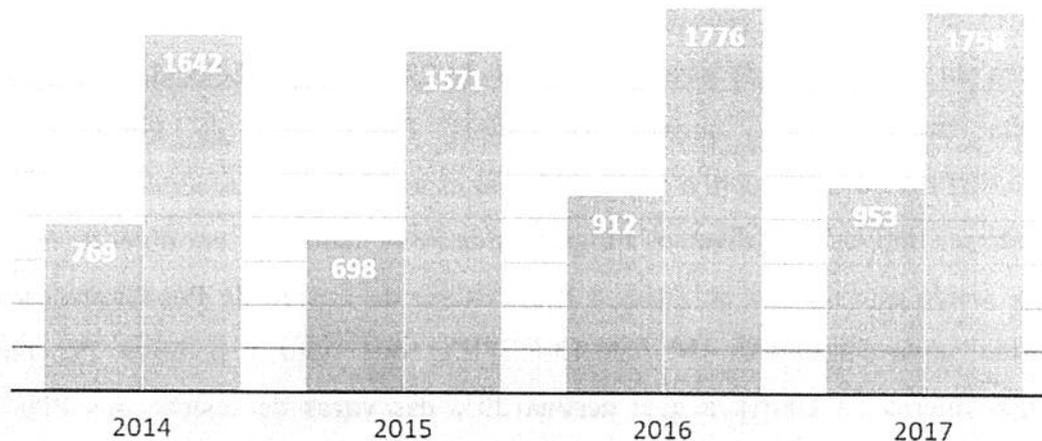


Figura 6 – Relação da quantidade relativa de docentes na UFPI com titulação de doutorado nos anos de 2014 a 2017.

Em relação ao Programa Nacional de Pós-doutorado da CAPES–PNPD/Institucional, que consiste em uma Chamada Nacional às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, para a apresentação à CAPES de propostas de projetos de pesquisa, formação e inovação, organizada na forma de um Projeto Institucional, a UFPI estabeleceu os princípios e metas relacionados à seleção e à atuação de pós-doutores no âmbito de seus Programas de Pós-graduação e de grupos de pesquisa considerando um período de abrangência de 3 (três) anos, inicialmente, com prorrogação por mais 2 (dois) anos. Ao final da vigência de cada projeto, a CAPES está migrando as cotas de bolsas para o Programa Nacional de Pós Doutorado da CAPES- PNPD/CAPES, permanecendo no Programa de Pós-Graduação de origem.

O Programa Nacional de Pós Doutorado da CAPES-PNPD/CAPES é um programa de concessão institucional que financia estágios pós-doutorais em Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* acadêmicos recomendados pela CAPES, cujo principal objetivo é promover a inserção de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em estágio pós-doutoral, reforçando os grupos de pesquisa nacionais.

O número de cotas de bolsas oferecido varia de acordo com critérios definidos pela CAPES, que podem levar em conta o desempenho do PPG na avaliação trienal, as áreas de apoio estratégico, a região em que se situa a IES, entre outros. Os PPG's contemplados são



responsáveis pela seleção e acompanhamento dos bolsistas, assim como pela definição de seus objetivos e atividades.

No ano de 2017, foram liberados pela CAPES, recursos no valor de R\$ **1.279.200,00** para bolsas dos Programas listados na Tabela 17.

Além dos programas especiais da CAPES, a UFPI, promove iniciativas visando à qualificação do seu quadro de pessoal. No ano de 2010, foi estabelecido o Programa de Capacitação Interna (PCI), através da extinta Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG da UFPI, com a oferta de vagas específicas para os servidores (docentes e técnicos administrativos) nos diversos Programas de Pós-Graduação, em nível de mestrado e doutorado, sendo que no ano de 2013, a Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação/PRPG propôs uma nova Resolução (Nº 236/13-CEPEX, que aprova o novo Programa de Capacitação Interna da UFPI), a qual destina 20% das vagas de seleção dos PPG's para servidores da UFPI, para fortalecer ainda mais o PCI.

Tabela 17 - Projetos PNPd/CAPES/UFPI vigentes em 2017.

Nome Projeto	Cota	Utilizada	Saldo
PNPD - FUFPI/Agronomia - Solos e Nutrição de Plantas	1	1	0
PNPD - FUFPI/Agronomia	2	2	0
PNPD - FUFPI/Alimentos E Nutrição	1	1	0
PNPD - FUFPI/Antropologia E Arqueologia	1	1	0
PNPD - FUFPI/Arqueologia	1	1	0
PNPD - FUFPI/Biotecnologia	1	1	0
PNPD - FUFPI/Ciências Farmacêuticas	1	1	0
PNPD - FUFPI/Ciência Animal	1	1	0
PNPD - FUFPI/Ciência Política	2	1	1
PNPD - FUFPI/Ciências Biomédicas	1	1	0
PNPD - FUFPI/Ciências e Saúde	1	1	0
PNPD – FUFPI / Ciência da Computação			
PNPD - FUFPI/Ciência e Engenharia dos Materiais	2	2	0
PNPD - FUFPI/Comunicação	1	1	0
PNPD - FUFPI/Desenvolvimento e Meio Ambiente	1	1	0
PNPD - FUFPI/Educação	1	1	0
PNPD - FUFPI/Enfermagem	1	1	0
PNPD - FUFPI/Farmacologia	0	0	0
PNPD – FUFPI/Filosofia	1	1	0
PNPD - FUFPI/Fitotecnia	1	1	0
PNPD - FUFPI/Física	3	3	0
PNPD - FUFPI/Genética e Melhoramento	2	2	0
PNPD - FUFPI/Geografia	1	1	0
PNPD - FUFPI/História	2	2	0
PNPD - FUFPI/Letras	1	1	0



Nome Projeto	Cota	Utilizada	Saldo
PNPD - FUFPI/Matemática	1	1	0
PNPD - FUFPI/Odontologia	0	0	0
PNPD - FUFPI/Políticas Públicas	0	0	0
PNPD - FUFPI/Química	2	2	0
PNPD - FUFPI/Sociologia	1	1	0
PNPD - FUFPI/Zootecnia	1	1	0
Total	35	34	1

No ano de 2017 foram ofertadas 177 vagas, sendo 150 para o Mestrado e 27 para o Doutorado (Tabela 18).

Tabela 18 - Vagas ofertadas no Programa de Capacitação Interna/PCI da UFPI no ano de 2017 *.

Cursos	Mestrado	Doutorado
Agronomia – Agricultura Tropical	03	02
Antropologia	03	
Arqueologia	02	
Enfermagem	05	05
PROFIAP	-	
Agronomia - Fitotecnia –CPCE	04	
Agronomia Solos e Nutrição de Plantas – CPCE	02	
Alimentos e Nutrição	04	02
Artes, Patrimônio, e Museologia (Mestrado Profissional)	03	
Biotecnologia (CMRV)	03	
Biotecnologia (RENORBIO)		
Ciência Animal	08	04
Ciência da Computação	05	
Ciência e Engenharia dos Materiais	02	02
Ciência Política	03	
Ciências Biomédicas (CMRV)	04	
Ciências e Saúde	06	
Ciências Farmacêuticas	04	
Comunicação	02	
Desenvolvimento e Meio Ambiente	05	01
Educação	06	03
Farmacologia	03	
Física	02	
Genética e Melhoramento	03	
Geografia	05	
História	05	
Letras	08	
Matemática	03	

Continua...



Cursos	Mestrado	Doutorado
Odontologia	03	
Políticas Públicas	03	02
Química	05	03
Sociologia	03	
Zootecnia	03	
Engenharia Elétrica	05	
Ensino de Física (Mestrado Profissional)	-	
Filosofia	06	
PROFILO	-	
Gestão Pública (Mestrado Profissional)	05	
Saúde da Família RENASF/MPSF (Mestrado Profissional)	-	
Saúde da Mulher (Mestrado Profissional)	03	
Saúde da Família (PROFSAÚDE)	-	
Saúde e Comunidade	04	
Psicologia	04	
Administração (USCS/UFPI)	02	03
PROFMAT	-	
Total	150	27

* **Fonte:** Dados CGP.

Atualmente, a UFPI, conta no seu quadro permanente com aproximadamente 1.758 docentes distribuídos em cinco *Campi*, compreendendo os ensinos superior e médio. Deste total, 953 são doutores, 584 mestres, 117 especialistas, 01 com aperfeiçoamento e 103 são graduados, correspondendo respectivamente, aos seguintes percentuais: 54,21%, 33,22%, 6,66%, menor que 0,1% e 5,86% (Tabela 19). A evolução em relação ao ano passado representa um crescimento de aproximadamente 3% no número de docentes com título de Doutor, acompanhado de um crescimento negativo no número de docentes com titulação inferior, mostrando claramente que o corpo docente tende a se qualificar. Assim, a UFPI continua mantendo sua política de qualificação tanto dos servidores docentes quanto dos servidores técnico-administrativos. Em 2017, foram afastados 154 servidores docentes e 14 servidores técnico-administrativos, que estão cursando Pós-Graduação em Instituições no Brasil e no exterior (Tabela 20).



Tabela 19 - Indicadores de Qualificação de Docentes da UFPI no ano de 2017*.

Titulação	2016		2017	
	Nº de Docentes	% de docentes	Nº de Docentes	% de docentes
Doutores	912	51,4	953	54,21
Mestres	626	35,2	584	33,22
Especialistas	118	6,6	117	6,66
Aperfeiçoados	1	<0,1%	1	<0,1%
Graduados	119	6,7%	103	5,86
Total	1776	100%	1758	100%

* **Fonte:** Dados consolidados para dezembro de 2017, informados por RH.

Tabela 20 – Servidores que estão cursando Pós – Graduação e/ou aperfeiçoamento

Curso de Pós-Graduação/Estágio	Nº de Docentes	Nº de Técnicos - Administrativos
Pós-Doutorado	19	--
Doutorado	132	03
Mestrado	03	11
Total	154	14

4 OUTRAS AÇÕES DA PRPG

4.1 Criação de Resoluções e Portarias

Com objetivo de regulamentar algumas demandas existentes, foram criadas as seguintes Resoluções, conforme Tabela 21.

Tabela 21 – Resoluções criadas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFPI, em 2017.

RESOLUÇÃO	OBJETO DA RESOLUÇÃO
230/2017-CEPEX	Regulamenta modelo de certificados de Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Saúde
068/2017-CEPEX	Aprova modelo de Termo de Convênio para estágio nas Residências Uni e Multiprofissionais
065/2017-CEPEX	Revalidação de diplomas de graduação e reconhecimento de diplomas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>
050/2017-CEPEX	Regulamenta Programa de Pós-Doutoramento-PPD nos PPG's



4.2 Implantação de seguro de vida para alunos *Stricto Sensu*

A partir de 2017, a UFPI passou a disponibilizar seguro de vida contra acidentes pessoais para os todos os alunos regularmente matriculados nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, por meio da PREVISUL - Seguradora (Pregão eletrônico n.º 07/2017, contrato n.º 29/2017). A medida visa segurar os alunos em atividades acadêmicas e científicas inclusive fora do Campus.

Os alunos estarão segurados nos seguintes casos: Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas; Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e Morte Acidental.

4.3 Utilização de Recursos PROAP

Foram liberados pela CAPES, para o ano de 2017, recursos no valor de R\$ 818.189,52, conforme Tabela 22, por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP, para custeio e fomento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Desse montante foram executados 98,71%. Os recursos devolvidos correspondem ao valor que foi empenhado, mas não foi executado ao final do exercício financeiro.

Tabela 22 – Utilização de Recursos PROAP 2017*.

Recursos	Valor (R\$)	Percentual (%)
Liberados	818.189,52	100,00
Empenhados	807.596,36	98,71
Devolvidos a CAPES	10.593,16	1,29

* **Fonte:** Divisão de Contabilidade/PRAD/UFPI.

Esses recursos foram utilizados, de forma geral, para custeio das seguintes atividades:

- ✓ Participação de professores e alunos em eventos técnico-científicos (no país e no exterior) através de passagens, diárias, auxílios financeiros ao estudante e pagamento de taxas de inscrição;
- ✓ Participação de professores convidados em bancas examinadoras de dissertações, teses e exames de qualificação através de passagens e hospedagens;
- ✓ Aquisição de material de consumo, tipo reagentes, kits de análise, dentre outros para manutenção das pesquisas dos docentes e discentes dos programas;



- ✓ Manutenção de diversos equipamentos de médio e grande porte que dão suporte às atividades de pesquisa e Pós-Graduação;
- ✓ Pagamento de anuidades para Associações Nacionais de Programas de Pós-Graduação;
- ✓ Participação de professores e alunos em trabalhos de campo, coleta de dados e treinamentos no país;
- ✓ Realização do I Ciclo de Palestras da Pós-Graduação, dia 07/11/2017, no Auditório do Centro de Tecnologia.

No ano de 2017 foram concedidas, especificamente, passagens e diárias a partir do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, tanto para professores pertencentes aos Programas de Pós-Graduação desta UFPI quanto de professores convidados da seguinte forma (Tabela 23):

Tabela 23 – Levantamento do Sistema de Concessão de Passagens e Diárias/SCDP – 2017.

Passagens/Diárias	Quantidade
Passagens e/ou diárias cadastradas no ano	385
Prestações de contas realizadas	338
Passagens e/ou diárias canceladas (não geraram despesas)	08
Passagens e/ou diárias não realizadas (geraram despesas)	10
Prestações de contas pendentes	07

4.4 Evento: I Ciclo de Palestras da Pós-Graduação

A PRPG realizou ainda o **I Ciclo de Palestras da Pós-Graduação**, com tema "UFPI, em busca da excelência em Pós-Graduação", que buscou discutir temas relevantes para pós-graduação a fim de melhorar as ações desempenhadas. Os temas tratados durante o evento foram: Ações e Perspectivas na Pós-Graduação; Internacionalização; Impactos da atual política econômica na Pós-Graduação, Ciência e Tecnologia; Planejamento e consecução de metas. O evento contou com a participação de alunos, professores e Coordenadores de Programas de Pós-Graduação e contou com os seguintes palestrantes: Prof.^a Dr.^a Regina Lucia Ferreira Gomes – Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação / UFPI; Prof. Dr. Emídio Cantídio de Oliveira Filho – UFRPE; Prof. Dr. Fabio Henrique Barros de Lima – USP/ IQSC; Prof.^a Dr.^a Maria Clorinda Soares Fioravanti – UFG e Prof. Dr. Pedro de Alcântara dos Santos Neto / PPG em Ciência da Computação /UFPI





Paralelo ao evento, realizou-se em parceria com a PROPESQ o Curso de Métodos Estatísticos Multivariados, ministrado pelo Prof. Dr. Carlos Tadeu dos Santos Dias, da ESALQ-USP, a fim de possibilitar a alunos da graduação e pós-graduação e docentes ferramentas para realizarem análises estatísticas multivariadas em suas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos pontos mais importantes a ser destacado é o esforço da Administração Superior no sentido de qualificar, tanto docentes quanto servidores técnico-administrativos. Entre outras medidas adotadas, destaca-se a implementação do Programa de Qualificação Interna, com reserva de 10% das vagas destinadas aos funcionários docentes e técnico-administrativos desta IES, imposta pela Resolução Interna Nº 236/13-CEPEX, em todos os editais de seleção para acesso aos programas de Pós-Graduação. O aumento do número de docentes com titulação em nível de Doutorado, uma das metas do PDI 2015-2019, é um aspecto importante que afeta outras metas. Em editais CT-INFRA, o limite do montante que a UFPI pôde concorrer dependeu do número de docentes com titulação de doutor. Assim, este número impacta diretamente no financiamento das Pós-Graduações e abertura de novos Programas de Pós-Graduação.

Atualmente, o número de professores afastados para realização de Doutorado e Pós-Doutorado (144 docentes) é significativo quando comparado ao quadro docente que atuou em Pós-Graduação (823 docentes). No entanto, como cerca de 20% do total de docentes atua em mais de um Programa de Pós-Graduação, fica evidente que o sistema de Pós-Graduação na UFPI apresenta um potencial interessante de crescimento nos próximos seis anos, principalmente considerando-se que os afastados para cursar mestrado solicitem realizar o doutorado. Esse crescimento deverá se refletir tanto na abertura de novos PPGs quanto no número de discentes titulados.

Para atingir a meta de 75% do corpo docente com essa titulação, conforme consta no atual PDI, supondo-se que o número de docentes total permaneça inalterado, será necessário aumentar os atuais 953 docentes doutores para 1.319. Atualmente, 132 professores estão afastados para cursar doutorado e três para mestrado. Assim, a PRPG deve redobrar esforços para titular 234 doutores do seu quadro docente. Ao mesmo tempo, a orientação geral é de que a expansão do quadro docente ocorra principalmente por meio da contratação de docentes com a referida titulação, evitando, desta forma, onerar o sistema com afastamentos para



qualificação e a consequente necessidade de contratação de professores substitutos. A meta de 75% do quadro docente com titulação de doutor é também uma meta do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) da CAPES.

Um outro ponto de destaque na atual gestão é o crescimento importante da modalidade *Lato Sensu*, que atualmente apresenta 2.320 discentes matriculados ativos. Contudo, se este quantitativo for somado aos discentes do *Stricto Sensu*, tem-se um total de 4.151 discentes, pressionando o sistema administrativo e de controle da Pós-Graduação, prevendo-se a duplicação ou até triplicação desse número nos próximos seis anos. Neste sentido, a Administração Superior, conforme previsto no PDI, está providenciando soluções de gerenciamento. Para tanto, a Coordenadoria Geral de Pós-Graduação será dividida internamente em *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*, o que trará maior agilidade na análise de abertura de novos cursos, assim como a melhoria no controle acadêmico. Por outro lado, a emissão de diplomas e/ou certificados é um ponto de estrangulamento que deve ser solucionado, tendo em vista que limita o desempenho ou a capacidade de todo o sistema. No presente momento, a PRPG conta apenas com uma pessoa para realizar tal serviço, o Chefe do Serviço de Registro e Controle Acadêmico da Pós-Graduação, que também é o responsável pelo controle rígido na emissão dos referidos documentos. Se o sistema já estivesse estabilizado, seria necessário emitir 6.078 certificados/diplomas por ano, uma média de 20/dia útil. Logo, é preciso ampliar, com urgência, o quadro de funcionários, a fim de evitar que a própria PRPG não se torne um impedimento ao crescimento do sistema de Pós-Graduação na UFPI.

Outras metas quantitativas estabelecidas no PDI 2015-2019, relacionadas ao crescimento do sistema de Pós-Graduação, que merecem ser discutidas, tratam dos seguintes aspectos:

- a) **Aquisição de bibliografia específica para as Pós-Graduações** - a realização de pregões está prevista, no entanto, devido ao fato dos recursos para empenho dos itens que integram o pregão serem oriundos do Tesouro e considerando a atual crise financeira, com profundos cortes orçamentários, é possível que não haja regularidade anual destes pregões, previstos no PDI.
- b) **Estruturação dos laboratórios de pesquisa das Pós-Graduações** - espera-se que até o final do período de vigência do atual PDI, os laboratórios apresentem capacidade suficiente para que os programas desenvolvam pesquisas que permitam aumentar a produtividade intelectual. Contudo, esta estruturação está intimamente ligada com a



execução dos convênios, cujos editais têm sido descontinuados, impactando diretamente na meta proposta.

- c) **Redução de 80% para 60% dos programas nível 03** – em 2017, após Avaliação Quadrienal, houve a redução de 81% para 45% dos Programas com conceito 3, e concomitantemente, o incremento de 19% para 49% dos Programas com conceito 4 (Figura 3). Esses percentuais se referem aos cursos acadêmicos cuja instituição proponente é a UFPI. Além desses, oferecemos nove cursos de mestrado profissional e participamos de dois doutorados em rede, ambos com conceito 5. De acordo com o diagnóstico interno, alguns programas já apresentam potencial e/ou possibilidades de aumentar ainda mais o conceito e atingir a consolidação. Para tanto a PRPG, com ajuda da Reitoria, trabalha em ações que permitam aumentar a produção científica dos programas e estimular o intercâmbio com outras IES. Dentre essas importantes ações à produtividade científica, desenvolvidas pela PROPESQI, estão o Programa de Bolsas Produtividade em Pesquisa; Programa de Auxílio Financeiro à Pesquisa, que visa a aquisição de pequenos equipamentos para os laboratórios, representando ao todo aproximadamente R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); e o Programa de Incentivo à Produção Intelectual, que regulamenta o recebimento de propostas de auxílio institucional financeiro à produção intelectual da UFPI, por meio de publicações em veículos de divulgação qualificados pelo sistema de avaliação da CAPES (QUALIS), em autoria ou coautoria, o aporte foi de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Todos esses programas são desenvolvidos com recursos oriundos do Tesouro, o que demonstra o empenho da Administração Superior com a pós-graduação na UFPI.
- d) **Aumentar em 200% o número de cursos em nível de doutorado** - em 2014, a UFPI tinha cinco programas em nível de doutorado autorizados pela CAPES, Ciência Animal, Educação, Políticas Públicas, Agronomia (Produção Vegetal) e Enfermagem. Já em 2016, contava com oito programas de doutorado: Ciência Animal, Educação, Políticas Públicas, Agronomia (Produção Vegetal), Enfermagem, Ciência dos Materiais, Alimentos e Nutrição e Química, apresentando um aumento de 60%. Cabe acrescentar que em 2017 foram submetidos quatro APCNs para criação de doutorados. Desta forma, ao final do atual PDI, a meta será alcançada, visto que as ações de estímulo à produtividade científica mencionadas no item c) terão impacto direto no



conceito CAPES e na abertura de novos programas em nível de doutorado. Novamente, neste ponto são considerados os programas acadêmicos cuja instituição proponente é a UFPI, os programas em rede não conta na matriz de financiamento do edital Pró-Equipamentos e por tanto não foram considerados para fins da contagem*.

* **Esclarecimento:** a contagem dos programas de Doutorado e Mestrado em rede foi excluída para fins de estatística do crescimento, no entanto não significa que a UFPI deva abrir mão da participação e/ou abertura de Programas em rede, pois os mesmos estimulam e aumentam a produção intelectual e o intercambio com outras IES consolidadas em Pós-Graduação. Essa exclusão, tal como mencionado no texto, é devida apenas a que o Edital Pró-Equipamentos considera na matriz o financiamento apenas aos programas próprios, os programas em rede contam apenas para a IES sede.

e) **Abertura de novos PPGs** - no PDI em vigência, foi proposta a abertura de 20 novos cursos de mestrado *Strito Sensu*. No período entre 2015 a 2017 foram criados dez (Saúde e Comunidade, Saúde da Mulher, Artes, Patrimônio e Museologia, Filosofia, Engenharia Elétrica, Administração Pública, Gestão Pública, Filosofia, Psicologia e Saúde da Família), e em 2017, foram submetidos oito APCNs para criação de novos cursos de mestrado. Assim, acredita-se que até o final da vigência do PDI, esta meta seja alcançada. Por outro lado, a PRPG iniciou ações específicas com o intuito identificar e organizar grupos de docentes com produção científica suficiente e capacidade de liderar a abertura de novos cursos em áreas consideradas prioritárias para o estado do Piauí, para CAPES e de acordo com o PNPG. Nesse sentido, verifica-se a necessidade da criação de um curso em Energias Renováveis, uma das áreas prioritárias estabelecidas pelo Governo do Estado do Piauí e instituições de Ensino Superior ainda não contemplada pelos cursos já aprovados. Além disso, a atual gestão da PRPG tem atuado mais no sentido de alcançar a excelência dos programas, ou seja, contribuir para a consolidação do maior número de programas.

Como destacado no PDI, o retorno à sociedade do investimento em infraestrutura e pesquisa deve ser prioritário a fim de reverter a atual visão da sociedade sobre a Universidade Pública. No atual momento, a sociedade enxerga a Universidade apenas como escola formadora de profissionais, engenheiros, médicos, químicos industriais, etc. No entanto, a universidade é muito mais rica do que isso, é um local onde são desenvolvidas novas ideias e



detêm o conhecimento mais avançado. Assim, a universidade tem potencial para resolver problemas do setor produtivo e, mais importante, fomentar o empreendedorismo. No mesmo sentido, no atual contexto de crise econômica e recursos cada vez mais escassos, a regulamentação e fomento à criação dos Laboratórios Multiusuários assim como o Parque Tecnológico junto com a Incubadora de Empresas, devem ser ações prioritárias a fim de reverter a atual visão da sociedade sobre a universidade. O Parque Tecnológico também deve ser observado com potencial para fomentar e desenvolver a indústria local, que a longo prazo deve ser revertido para a sociedade com empregos.

Teresina, 19 de fevereiro de 2018.

Profª. Dra. Regina Lucia Ferreira Gomes
Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação